

Livro, documento e intencionalidades: visualização temática em periódicos brasileiros em Ciência da Informação

Lucas dos Santos de Paulo¹ Rodrigo Rabello²

RESUMO

Introdução: A presente pesquisa revisita a tese de Eduardo Murguia de que os livros e, em sentido mais amplo, os documentos são objetos simbólicos para além da informação registrada e se norteia a partir do argumento de Rodrigo Rabello de que tais objetos carregam consigo intencionalidades atribuídas em contextos e dimensões de institucionalidade e de materialidade. **Objetivo:** Explorar estudos sobre a atribuição de intencionalidade aos objetos como subsídio para demonstrar aspectos da multidimensionalidade da materialidade do livro e do documento. **Metodologia:** O referencial teórico conta com contribuições de autores que versam sobre a intencionalidade atribuída aos objetos no âmbito de saberes historiográficos, documentalistas e fenomenológicos, servindo de base para trazer luz ao mapeamento de estudos brasileiros contidos na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). Os dados coletados foram explicitados mediante a ferramenta de visualização Voyant Tools, desenvolvida no âmbito das humanidades digitais. **Resultados:** Foi possível observar que os textos mapeados tratam o livro e o documento como objetos simbólicos, com valores culturais, sociais, de memória, entre outros. **Conclusão:** As diferentes noções de intencionalidade identificadas auxiliam a visualizar as atribuições de valores por sujeitos em contexto social e institucional, algo que auxilia a observar as dimensões de materialidade dos objetos.

Correspondência dos autores

¹ Universidade de Brasília
Brasília, DF - Brasil
lucasdepaulo.contato@gmail.com

² Universidade de Brasília
Brasília, DF - Brasil
rabello.unb@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Livro. Documento. Intencionalidade. Materialidade. Voyant Tools.

Book, document and intentionalities: a thematic visualization in Brazilian literature in Information Science journals

ABSTRACT

Introduction: This research revisits Eduardo Murguia's thesis that books and, in a broader sense, documents are symbolic objects beyond recorded information and is guided by Rodrigo Rabello's argument that such objects carry with them intentionalities attributed in contexts and dimensions of institutionality and materiality. **Objective:** To explore studies on the attribution of intentionality to objects as a subsidy to demonstrate aspects of the multidimensionality of the materiality of the book and the document. **Methodology:** The theoretical framework has

contributions from authors who deal with the intentionality attributed to objects within the scope of historiographical, documentalist and phenomenological knowledge, serving as a basis to bring light to the mapping of Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). **Results:** It was possible to observe that the mapped texts treat the book and the document as symbolic objects, with cultural, social, memory values, among others. **Conclusion:** The different notions of intentionality identified contribute to visualizing the attribution of values by subjects in a social and institutional context, something that helps to observe the dimensions of materiality of objects.

KEYWORDS

Book. Document. Intentionality. Materiality. Voyant Tools.

CRedit

- **Reconhecimentos:** Os autores gostariam de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) pelo financiamento concedido.
- **Financiamento:** Este estudo foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES), Código financeiro 001.
- **Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Não aplicável.
- **Disponibilidade de dados e material:** Os conjuntos de dados gerados e/ou analisados durante o presente estudo estão disponíveis no Repositório Zenodo (<https://zenodo.org/records/10411182>).
- **Contribuições dos autores:** Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Administração de Projetos, Recursos, Software, Validação, Visualização, Redação-rascunho original: PAULO, L.S.; Conceituação, Análise Formal, Aquisição de Financiamento, Investigação, Metodologia, Supervisão, Validação, Visualização, Redação -rascunho original: RABELLO, R.

| 2

JITA: HE. Print materials (Books and documents).

ODS: 4. Educação de Qualidade



Artigo submetido ao sistema de similaridade

Submetido em: 17/10/2023 – Aceito em: 16/12/2023 – Publicado em: 21/12/2023

Editor: Gildenir Carolino Santos

1 INTRODUÇÃO

A dimensão simbólica tocante às relações dos sujeitos com os livros e os documentos evidencia que podem ser atribuídas a eles intencionalidades que estão para além do conteúdo informativo (Murguia, 2009). Pensar no documento e, em específico, no livro, tendo em conta os valores atribuídos a esses artefatos no âmbito da cultura material – concebidos, aqui, como intencionalidades – é uma maneira de recuperar a influência e as contribuições de autores clássicos, como os documentalistas Paul Otlet e Suzanne Briet (Buckland, 1991; Rayward, 1996). Com isso, há o interesse de se aproximar dos estudos de coleções (Murguia, 2009), com foco, em particular, no resgate de saberes da documentação, estabelecendo uma relação com aqueles advindos da historiografia e da fenomenologia.

É nesse sentido que se apresenta o seguinte questionamento: quais intencionalidades que podem ser atribuídas ao livro e ao documento? Embora a amplitude de tal indagação apresente, desde já, um problema, haja vista as inúmeras possibilidades pressupostas, entende-se que percorrer os estudos interessados nas relações entre sujeitos e instituições seja um caminho promissor.

Há o interesse particular em saber quais estudos nacionais em biblioteconomia e em ciência da informação têm trabalhado direta ou indiretamente com a validação do objeto como documento, em práticas profissionais ou em cenários da vida cotidiana. Diante da amplitude do tema, a contribuição esperada está mais relacionada em traçar um panorama de como o tema tem sido abordado no Brasil, do que esgotar, de modo exaustivo, as possibilidades de abordagens.

A ideia de informação registrada, incorporada em um contexto institucional em um sistema de informação, tem representado um caminho fenomenológico simples e aparentemente eficiente para conceber a “coisa” de interesse no contexto institucional de gestão e mediação da informação. Há a ênfase na fisicalidade, ou seja, na relação direta entre o suporte e o conteúdo nele contido.

No entanto, a tal concepção escapam outras camadas, expressas em aspectos simbólicos. Existe, para além da ênfase na fisicalidade, aquilo que tem sido trabalhado em termos de materialidade da informação. A abordagem emergente da materialidade da informação abrange muitas possibilidades de interpretação e intervenção no âmbito da pesquisa e da atuação profissional.

Ante a tal limitação, a presente pesquisa revisita a tese de Eduardo Murguia de que os livros e, em sentido mais amplo, os documentos são objetos simbólicos para além da informação registrada (Murguia, 2009) e se norteia a partir do argumento de Rodrigo Rabello de que tais objetos carregam consigo valores – intencionalidades – atribuídos em contextos e dimensões de institucionalidade e de materialidade (Rabello, 2019).

Sabe-se que estudos sobre ou relacionados ao colecionismo são de interesse para a biblioteconomia e a ciência da informação, sendo, por conseguinte, de real interesse evidenciar aspectos tocantes às práticas e às instituições. Em tal articulação há a valoração de objetos, como livros e documentos. A posse destes, em uma coleção particular, permeia aspectos pessoais e culturais (Pomian, 1998), encarnados em termos de suporte e de informação (Murguia, 2009). Em outras palavras, os estudos que se debruçam sobre o colecionismo tendem a reconhecer, em uma concepção ampla de leitura, um modo de relação do sujeito com o objeto.

A partir dessa chave relacional, parte-se da hipótese de que aquelas investigações permitem uma visão do objeto para além da informação. Isso porque, em termos de práticas profissionais em informação, o colecionismo amplia os horizontes de atuação, tanto da biblioteconomia, quanto de outras áreas que trabalham com a mediação da informação, da

cultura e da memória, como é o caso da museologia e da arquivologia.¹

Os estudos de colecionismo continuam a contribuir com uma parte das investigações de cultura material (Espírito Santo, 2011). Para eles, não importa apenas o conteúdo dos livros e dos documentos. Ulteriormente a isso, há o interesse em saber o que os objetos e as coleções representaram ou representam – simbolicamente – para alguém (com notoriedade ou anônimo) ou para algum coletivo, em determinado contexto, por exemplo, em termos estéticos, políticos, econômicos, de memória, etc. Em outras palavras, existe a diligência em saber se os objetos colecionados e as próprias coleções são de interesse social e se, nesse caso, são passíveis de serem incorporados em instituições de mediação da informação.

Com isso, busca-se explorar estudos sobre a atribuição de intencionalidade aos objetos como subsídio para demonstrar aspectos das múltiplas dimensões da materialidade do livro e do documento. Objetiva-se, especificamente: 1. Estabelecer diálogo entre os conceitos de intencionalidade na ciência da informação junto a saberes da documentação, da historiografia e da fenomenologia; 2. Descrever como a literatura tem abordado o tema da intencionalidade atribuída ao livro e ao documento; 3. Fomentar reflexões sobre a relação entre sujeito e objeto, considerando dimensões de materialidade da informação.

2 METODOLOGIA

A revisão de literatura foi desenvolvida no sentido de recuperar contribuições de autores com o objetivo de *estabelecer diálogo entre os conceitos de intencionalidade na ciência da informação junto a saberes da documentação, da historiografia e da fenomenologia*. Para fundamentar o conceito de intencionalidade, buscou-se referencial teórico, particularmente, em contribuições do documentalista Jean Meyriat, do historiador Marc Bloch e do fenomenólogo Edmund Husserl. Portanto, consideram-se, na revisão de literatura, autores que compõem o referencial teórico (Otlet, 1934; Briet, 1951; Meyriat, 2016; Bloch, 2001; Husserl, 1990) e também textos obtidos junto ao mapeamento temporal realizado (Murguia, 2009; Fernandes; Saldanha, 2012; Siqueira, 2012; Dourado; Marteleto, 2018; Rabello, 2019; Ortega; Tolentino, 2020). Os dados coletados foram visualizados mediante a utilização do software *Voyant Tools*.

| 4

2.1 Mapeamento temporal

Para mapear periódicos, artigos e autores nacionais em ciência da informação que tratam do tema da intencionalidade atribuída ao livro e ao documento, realizaram-se buscas na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), que é referência da área no Brasil. Ela é uma base desenvolvida e atualizada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e que indexa artigos de periódicos científicos da área.

Quadro 1. Etapas do mapeamento

Etapas	Descrição
1. Buscas	Buscas com termos significativos (pertinentes ao tema) e uso dos operadores booleanos e dos filtros disponíveis na base de dados.
2. Análise preliminar	Análise do título, das palavras-chave e do resumo.
3. Leitura técnica	Análise do resumo, da introdução, da metodologia, dos quadros/gráficos, da conclusão e das referências.
4. Extração de trechos	Análise e extração de trechos dos textos com termos e conceitos relativos ao tema.

Fonte: elaborado pelos autores.

¹ Essas disciplinas, cada qual a sua maneira, trabalham com pressupostos, métodos e técnicas, dando um matiz particular a processos transversais, tais como seleção, coleta, organização, disseminação, acesso, recuperação, uso e apropriação da informação (Araújo, 2014).

As etapas sobreditas foram realizadas com vistas a selecionar ou descartar os textos revocados, bem como para identificar aspectos do comportamento da área em relação à temática investigada. As buscas consideraram “título”, “palavras-chave” e “resumo”. O recorte temporal considerado foi de 2000 a 2020. Os termos de busca utilizados, para um recorte específico, foram “intencionalidade do livro”, “função do livro”, “finalidade do livro” e “valor social do livro”. Para considerar, de modo geral, o documento, os termos de busca utilizados foram “intencionalidade do documento”, “função do documento”, “finalidade do documento” e “valor social do documento”.

2.2 Software Voyant Tools

Os artigos mapeados foram visualizados mediante o *software Voyant Tools*. Ele foi desenvolvido em código aberto no âmbito das humanidades digitais. Nesse contexto, o *software* foi selecionado por possibilitar, a princípio, uma visão holística sobre a amostra ao projetar gráficos variados e esquemas temáticos. A ferramenta auxiliou a análise, a leitura e a sistematização dos textos por meio de recursos gráficos. Com tal visualização de dados, foi possível *descrever como a literatura tem abordado intencionalidades atribuídas ao livro e ao documento, bem como fomentar reflexões sobre a relação entre sujeito e objeto, considerando a materialidade da informação*.

O *Voyant Tools* é um *software* para análise e visualização de textos, com a proposta de facilitar a leitura e a interpretação e as relações dos conteúdos. Dentre os recursos, o *software* oferece telas (ver Figura 8 em Material complementar) e funcionalidades (ver Figura 9 em Material complementar). Cada uma das telas tem ferramentas específicas e que podem ser adaptadas de acordo com a necessidade do pesquisador. Para não comprometer os resultados de busca, foram excluídos elementos não significativos para o estudo, tais como artigos (exemplo: “o”, “os”, “a”, “as”), conectivos (exemplo: “mas”, “assim”, “enfim”) e proposições (exemplo: “de”, “que”, “com”, “para”), dentre outros.

Para análise e interpretação dos textos, foram utilizados os seguintes recursos do *software*: 1) **Cirrus**: apresenta uma nuvem de palavras com os termos mais frequentes nos textos que compõem o *corpus*; 2) **Termos**: mostra a quantidade de vezes que cada termo se repete na amostra; 3) **Links**: sistematiza os links que um termo faz com outros termos; 4) **Tendências**: evidencia, por meio de gráficos, a frequência de determinados termos por texto; e 5) **Diagrama de fluxo**: representa a densidade (repetição) dos termos pelos textos da amostra.

| 5

3 REVISÃO DE LITERATURA

A tese de que o livro, assim como outros tipos de documento, é um objeto para além da informação (Murguia, 2009) foi, complementarmente, fundamentada a partir das contribuições de Paul Otlet e Suzanne Briet e de autores que continuaram a desenvolver suas ideias no âmbito da documentação (Buckland, 1991; Rayward, 1996). Nessa direção, tais contribuições introduziram a relevância da atribuição de intencionalidades aos objetos, sejam elas originais (inerente à sua criação) ou derivadas (atribuídas *a posteriori*).

Em seguida, recorreu-se aos resultados do mapeamento da literatura sobre o tema da intencionalidade do livro e de outros tipos de documento, estabelecendo diálogo entre os textos mapeados e textos de autores que trabalham com a perspectiva da documentação, a partir de Meyriat (Fernandes; Saldanha, 2012; Dourado; Marteleto, 2018; Ortega; Tolentino, 2020), da historiografia, a partir de Bloch (Matos, 2010; Barros, 2012; 2019; Luiz; Lomba, 2021) e da fenomenologia, a partir de Husserl (Pizarro, 2017; Silva, 2017; Fioravante, 2018), articulando, em particular, com aspectos relacionados à materialidade e à institucionalidade do documento (Rabello, 2019).

3.1 Materialidade e institucionalidade da informação e do documento

A biblioteconomia e a ciência da informação têm direcionado muitos de seus estudos às questões relativas ao gerenciamento de livros e outros tipos de documentos, com maior ênfase na informação registrada. À vista disso, Murguia (2009) defende que o interesse dessas áreas deve transcender àquele de organizar, gerir e permitir o acesso e a recuperação da informação registrada, voltando-se, complementarmente, para a materialidade do documento e da informação (Murguia, 2009). Apesar de ser fator indispensável aos documentos, a informação registrada, segundo o raciocínio, não seria o único aspecto a ser considerado.

Ante a isso, há autores que têm resgatado as contribuições da documentação (Rayward, 1996; Frohmann, 2008; Wersig, 1993; Ortega, 2009, dentre outros), demonstrando outras possibilidades investigativas. Os documentalistas Otlet e Briet ampliaram a noção de documento, estendida a suportes heterogêneos, como: fotografias, jornais, microfilmes, periódicos, filmes, etc. (Juvêncio, 2021; Fayet-Scribe, 2018). Além disso, permitiram com que objetos naturais pudessem ser valorizados como documento, na medida em que também representam aspectos da realidade.

A “redescoberta” da documentação ficou conhecida como movimento neo-documentalista. Fazem parte desse movimento autores que recuperaram, a partir dos anos 1990, as obras clássicas “*Traité de documentation: le livre sur le livre, théorie et pratique*” e “*Qu’est-ce que la documentation?*”, de Otlet (1934) e Briet (1951), respectivamente. Alguns dos autores deste movimento são Michael Buckland, Boyd Rayward, Niels Windfeld Lund, Ronald Day e Bernd Frohmann (Fernandes; Saldanha, 2012). Na obra de Day e, sobretudo, de Frohmann, parte da politicidade do documento, presente nos escritos humanistas de Otlet, foi retomada, abrindo caminho para interesses sobre as práticas documentárias e os fenômenos informacionais de cunho social, cultural, ético, científico, público, dentre outros (Frohmann, 2007; Amorim; Rabello, 2023).

Na concepção de Frohmann (2008), a materialidade da informação não deve ser confundida com fisicalidade, ainda que aquela perspectiva incorpore aspectos desta. Para fins de diferenciação, a fisicalidade está relacionada às propriedades físicas do objeto-suporte de informação, ou seja, representa algo que pode ser identificado – mediante o registro – por analogia direta ou indireta (Rabello, 2019). A materialidade, diferente da fisicalidade, está relacionada à procedência e ao percurso social da informação, considerando aspectos culturais e políticos (Rabello, 2019). A materialidade condiz com a construção de significação simbólica auferida aos livros ou a outros objetos, podendo ser empreendida por processos de institucionalidade (Teixeira, 2010).

A institucionalidade se refere às redes mediante as quais o objeto é criado ou valorado como documento. Noutras palavras, a institucionalidade se refere ao contexto segundo o qual ocorre o reconhecimento ou a valoração de que ele – o objeto – tem consigo informação que pode permitir acessar conhecimento e aspectos culturais e/ou políticos, ainda que a ele tenha sido reservadas funções ou finalidades específicas, como jurídica, administrativa, histórica, de memória, dentre outras (Rabello, 2019).

Os modos de institucionalidade podem ter maior ou menor formalidade, a depender do contexto. A institucionalidade em contexto formal refere-se aos processos de criação, seleção, armazenamento, tratamento ou disponibilização de informação em organizações públicas ou privadas, seguindo normas e regras formalizadas. Já em contexto menos formal ou informal se refere, por exemplo, às práticas com certa espontaneidade ou seguindo aspectos subjetivos e sociais, como a organização e a exposição de objetos no âmbito do colecionismo, para a formação de bibliotecas e museus comunitários, dentre outras iniciativas (Rabello, 2022).

As perspectivas de materialidade e de institucionalidade da informação permitem a análise da informação e do documento em uma via de mão dupla. No sentido da informação

para o objeto é possível observar a sua institucionalização (conversão de objeto para documento) quando se reconhece que há nele materialidade da informação. No sentido do documento para a informação, busca-se nela – informação materializada – aspectos para compreender o percurso do objeto nas redes pelas quais transitou (Rabello, 2022). O documento, como materialidade pronunciada, permite a rastreabilidade da informação (Frohmann, 2008).

Tais características de materialidade e institucionalidade podem dialogar ou contribuir com pesquisas que se preocupam com a intencionalidade presente no processo de valoração dos objetos. Esse é o caso, por exemplo, dos estudos historiográficos, interessados em construir narrativas a partir de fontes históricas.

3.2 Noção de intencionalidade para a historiografia

Uma carta, uma certidão de casamento, uma bola de futebol, uma bicicleta ou até mesmo uma escova de cabelo pode ser uma fonte histórica. Na tentativa de definição, uma fonte histórica é qualquer artefato, independentemente do tipo ou material, que um historiador identificar relação com costumes, hábitos e/ou práticas da realidade passada. Ou seja, é o historiador quem faz o objeto transformar-se em fonte histórica ao observar nele traços ou fragmentos do passado (Barros, 2019). As fontes históricas podem trazer uma marca, um gesto – voluntário ou involuntário – ou seja, indícios de intencionalidade.

A historiografia, de acordo com Barros (2019), trabalha com o fator intencionalidade por meio de taxonomias. Nessa direção, alguns exemplos de intencionalidade historiográfica podem ser observados em termos de “fontes testemunhais”, “fontes não testemunhais”, “relatos de ação”, “resíduos de ação”, “fontes voluntárias” e “fontes não voluntárias”.

As “fontes testemunhais” são aquelas que foram concebidas, pelo historiador Júlio Aróstegui, como “testemunho histórico”. Ele considerou, ainda, as “fontes não testemunhais”, as quais não têm o caráter testemunhal como horizonte. Peter Hüttenberger concebeu os “relatos de ação” as fontes que são produzidas para relatar algo (como crônicas, cartas, obras literárias, diários de bordo, etc.). Este arquivista compreendeu, por sua vez, os “resíduos de ação” como fontes produzidas para efeitos legais, administrativos, comerciais ou outras finalidades dentro da lógica da cultura material (como os ofícios, os inventários, os contratos, as mercadorias, etc.). Conforme taxonomia proposta por Marc Bloch², as “fontes voluntárias” e “fontes não voluntárias” foram consideradas para diferenciar as conjunções da produção de determinada fonte, com parâmetros similares aos de Hüttenberger (Bloch, 2001; Barros, 2012; 2019).

Ainda que seja possível discorrer sobre a intencionalidade a partir de outras taxonomias ou fazer paralelos entre as mencionadas acima, Barros (2019) destaca o sentido de intencionalidade proposto por Bloch. A questão de interesse do texto não é a taxonomia priorizada, e, sim, os panoramas presentes no “lugar de produção” – termo cunhado por Michel de Certeau. Nessa perspectiva, interessa a institucionalidade e/ou as intercepções da produção do autor da fonte histórica, quando se aplica a autoria (Certeau, 2012). Dito de outro modo, o principal interesse está relacionado à intencionalidade e à (in)voluntariedade, na historiografia, que permitem compreender as condições de produção das fontes históricas (Barros, 2019), a partir dos “vestígios” que revelam a intencionalidade (Bloch, 2001).

Nesse cenário, ainda cabe destacar que até mesmo as “fontes voluntárias” podem carregar características involuntárias; o contrário é igualmente possível, ou seja, as “fontes não voluntárias” também podem carregar características voluntárias. Por exemplo, uma carta (fonte voluntária) pode transmitir particularidades para além de comunicar algo ao destinatário. Ela

² Marc Bloch, juntamente com Lucien Febvre, é um dos principais idealizadores da Escola dos *Annales* (Matos, 2010). Este foi um movimento historiográfico da primeira metade do século XX que teve como marco a criação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, em janeiro de 1929 (Zanotto, 2008).

pode apresentar, de modo indireto, aspectos culturais e sociais de um determinado tempo, práticas individuais de determinada personalidade histórica (características involuntárias). Já uma peça de roupa (fonte não voluntária) pode transmitir particularidades voluntárias na sua etiqueta, como o tamanho, o tipo de tecido e a forma de lavagem.

Ademais, a intencionalidade não é neutra. As fontes de informação autorais, sejam voluntárias ou involuntárias, não estão eximidas de ideologias, tendências, parcialismos ou prejulgamentos. Um torcedor fanático, por exemplo, poderia escrever um livro de futebol sobre o melhor time em campo sem favorecer o seu clube? Seria uma tarefa difícil (Barros, 2019). Até mesmo a atividade do historiador, ao analisar uma fonte histórica, exprime intencionalidade e algum tipo de subjetividade e, desse modo, é possível pensar na intencionalidade empregada pela própria disciplina história (Luiz; Lomba, 2021)

Os intrincados laços sociais e as interconexões que moldam tanto os indivíduos quanto a coletividade encontram expressão nas fontes históricas e nas representações que fazemos de nossa própria imagem, do mundo e dos outros (Barros, 2019). A complexidade dessas interações sociais pode ser examinada sob a perspectiva da fenomenologia, proporcionando uma abordagem que busca compreender e desvendar a realidade tanto como fenômeno subjetivo, na ótica dos historiadores, quanto como fenômeno objetivo, quando consideramos as fontes históricas.

3.3 Noção de intencionalidade para a fenomenologia

A ideia de intencionalidade é central para a fenomenologia porque o seu foco é estudar a essência da realidade. Edmund Husserl, “pai” dos estudos fenomenológicos, entende a intencionalidade como aquilo que impulsiona a ação (Husserl, 1990). Para ele, a intencionalidade se expressa na consciência em relação a algo, que pode ser um objeto, um evento, ou acontecimento, e compreende a percepção, o imaginário, a vontade, o gosto do sujeito. A fenomenologia não está interessada diretamente no sujeito, no objeto ou no mundo, mas no mundo vivido pelo sujeito, ou melhor, nos fenômenos (Fioravante, 2018).

A ideia de intencionalidade é de interesse para Husserl no sentido de não reduzir a consciência das vivências e as experiências subjetivas a fenômenos puramente psíquicos (Silva, 2017). Para a fenomenologia, a consciência “[...] está sempre voltada a um objeto, portanto não há objeto sem sujeito” (Fioravante, 2018, p. 47). A própria palavra fenomenologia suscita uma ligação entre consciência e objeto (Silva, 2017). Desse modo, a intencionalidade é a mediação entre a mente e o mundo, o interno e o externo, o psíquico e o social (Fioravante, 2018). A esse respeito, Husserl emprega os termos imanência e transcendência, respectivamente, associados à consciência e ao objeto (Husserl, 1990).

A percepção do mundo e dos objetos passa pela ideia de intencionalidade. A análise intencional conduz a distinção entre sujeito e objeto, mente e mundo, interior e exterior, no próprio interior (Silva, 2017). Husserl influencia a construção da fenomenologia social, de Alfred Schutz, que orienta que o pesquisador fenomenológico deve observar e diferenciar os “motivos-para” (intenções) e os “motivos-porque” (razões), ao analisar uma ação. As intenções e as razões estão implicadas entre si, na medida em que uma permite a compreensão da outra (Fioravante, 2018).

Ademais, outro conceito que é somado à intencionalidade fenomenológica é a aparência. Para Husserl, a aparência trata-se do modo como as coisas aparecem, e o modo como elas existem. A aparência revela a essência das coisas (Pizarro, 2017). Intrínseca aos conceitos de intencionalidade e aparência, a ideia de experiência entra na equação para se referir à atenção dada aos objetos, que são apercebidos ou que aparecem intencionados (Pizarro, 2017).

O conceito de intencionalidade para a fenomenologia difere do conceito historiográfico, ainda que seja complementar a ele. Enquanto a fenomenologia relaciona a intencionalidade aos fenômenos cognitivos para construção de sentido, a historiografia está

mais preocupada com as questões de produção e utilização voluntárias ou involuntárias dos objetos para compreender os acontecimentos. A documentação propõe um terceiro entendimento do conceito de intencionalidade. Ele se aproxima, de algum modo, da historiografia ao estabelecer que há uma dupla origem para os documentos, e que os objetos são criados com funções específicas (e, às vezes, não voluntárias) e apenas mais tarde são convertidos em documentos, com o reconhecimento cognitivo do sujeito em determinado contexto.

3.4 Noção de intencionalidade para a documentação

Há uma dupla origem para os documentos. De acordo com Meyriat (2016), os documentos podem ser intencionais ou reconhecidos como um. Dessa forma, o autor propõe as seguintes categorias: a) “documentos por intenção”, e b) “documentos por atribuição”. A primeira categoria inclui os objetos criados com a função de conter algum tipo de informação, como é o caso dos livros. A segunda categoria, por sua vez, inclui os objetos que foram criados com outras funções que não a informativa, mesmo que nada os impeça de veicular informação (Fernandes; Saldanha, 2012; Ortega; Tolentino, 2020), como é o caso de uma vestimenta exposta em um museu.

Exemplo de um “documento por atribuição”: o vestido que Sarah Kubitschek usou na inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, quando era a primeira-dama, foi produzido com um propósito específico, isto é, vestimenta para o evento. Ainda assim, a peça de roupa tem valor histórico e político reconhecido e está exposto e conservado no Museu do Catetinho – primeira residência oficial de Juscelino Kubitschek, esposo de Sarah e presidente do Brasil à época. Não só o vestido, mas também outros objetos de Sarah e Juscelino foram institucionalizados, e a própria residência foi tombada pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e transformada em um museu que abriga estes objetos, ou melhor, “documentos por atribuição”.

É dessa forma que o objeto, independentemente do tipo, pode converter-se em “documento por atribuição”, ao ser institucionalizado. A institucionalidade, neste caso, refere-se à constatação e qualificação dos objetos pessoais de Sarah e Juscelino como fontes de memória. Juntamente com a institucionalidade, a materialidade do objeto adquire significado para além de suas propriedades físicas e utilitárias. Portanto, institucionalidade e materialidade são atributos que os “documentos por atribuição” incorporam. Tais objetos podem, por exemplo, representar ou legitimar narrativas para além do utilitarismo de objetos na vida cotidiana, como é o caso daqueles pertencentes ao presidente e à primeira dama, concebidos como fontes de memória relacionadas à construção de Brasília.

A categoria “documento por intenção” é uma característica inerente ao objeto (Ortega; Tolentino, 2020), enquanto a categoria “documento por atribuição” apresenta outras características que podem ser somadas à informatividade ou à historicidade reconhecidas posteriormente (Dourado; Marteleto, 2018). Ou seja, nessa última situação, o valor informativo ou histórico não está vinculado, de antemão, ao objeto (Ortega; Tolentino, 2020; Siqueira, 2012). Meyriat (2016) exemplifica:

Um jornal diário é feito para suportar e transmitir informações; mas se o comprador o usar para embrulhar os legumes, por exemplo, o jornal se transforma numa embalagem rudimentar e não é mais um suporte de informação. Ele pode transformar-se novamente se o destinatário do pacote colocar os olhos sobre o conteúdo e tomar conhecimento de algumas notícias. A vontade de obter uma informação é, por isso, um elemento necessário para que um objeto seja considerado documento, apesar da vontade de seu criador ter sido outra (Meyriat, 2016, p. 242).

Retomando a dupla origem dos documentos, o mesmo objeto pode ser coisa ou documento a depender da conjuntura. Caso o objeto não seja criado com função informativa, ele pode converter-se em documento ao ser reconhecido como fonte de informação por determinado sujeito. Isso não quer dizer, de modo algum, que todo e qualquer objeto tem a função de ser suporte de informação. Ao contrário, o que está sendo dito é que o sujeito que utiliza o objeto é quem “faz o documento” (Meyriat, 2016) e, desse modo, nada impede que um objeto se torne um documento ou o oposto, um documento se torne um objeto. É o que acontece, por exemplo, quando um item de um acervo ou de uma coleção passa pelo processo de seleção ou de desbastamento,³ ou quando um livro – objeto com alguma intenção, seja em seu suporte e/ou em seu conteúdo – deixa de ser utilizado para leitura e passa a ser utilizado como base de apoio para uma tela de computador.

O livro, como exposto, se enquadra na categoria “documento por intenção”. Dito de outro modo: é um objeto que traz consigo determinada intencionalidade. Isto não significa dizer que sua intencionalidade está, unicamente, associada à transmissão de informação. Esta é a tese de Murguia (2009), que interpreta o livro para além da informação ao clarificar que outras intencionalidades podem ser atribuídas a ele, podendo perpassar outras dimensões simbólicas. A relação que o sujeito estabelece com o livro ou outro tipo de documento, seja ele por intenção ou atribuição, pode expandir as intencionalidades atribuídas ao objeto.

3.5 O livro e o documento para além da informação

Para Murguia (2009), o livro é constituído de características materiais e institucionais, que não se limitam à informação registrada e utilitária. O autor se apropria das classificações “coisa” e “semióforo”, do historiador polonês Krzysztof Pomian, para respaldar a tese de que o livro transcende a função de meio, único e exclusivo, de transmissão de informação. A condição de “coisa” subtece-se a faculdade que o objeto recebe ao cumprir com uma função específica e utilitária. A qualidade “semióforo” está relacionada à apreciação do valor simbólico do objeto. No primeiro caso, quanto mais utilidade um objeto tem, menos significado ele carrega. No segundo, quanto mais significado é atribuído a um objeto, menos utilidade prática ele possuirá. Seguindo a lógica dos “documentos por intenção” e dos “documentos por atribuição”, a condição de “coisa” ou de “semióforo” do objeto poderá ser circunstancial.

Consoante com a definição de Pomian (1998, p. 77), “o livro é um semióforo: um objeto visível investido de significação”. Esta ideia de semióforo estabelece relação com o conceito de documento. Este, por ser fruto da atribuição de um valor, será sempre um “semióforo”. Ou seja, assim como o documento, “[...] o semióforo pode ter valor histórico, de memória e/ou valor estético, para acesso ao conhecimento ou a outras intencionalidades atribuídas ao objeto” (Rabello, 2019, p. 6). Vale dizer que as qualidades “coisa” e “semióforo” não são excludentes, pois o objeto pode ter utilidade e significação ao mesmo tempo.

Exemplo de quando o objeto pode ter qualidades de “coisa” e de “semióforo”: objeto – em uma exposição artística em um museu, como é o caso do mictório de Marcel Duchamp – com a intenção de fazer refletir e/ou produzir uma crítica sobre a arte ou sobre a sociedade, ou um livro que faz parte de uma coleção particular e que é lido pelo colecionador. O primeiro exemplo se refere a um contexto formal de institucionalidade e o segundo a um cenário informal. Em ambos os casos, há a união das qualidades “semióforo” e “coisa”. E, nesse sentido, por ter atribuições que complementam ou transpõem a sua utilidade, tanto o livro quanto o documento estão para além da informação.

A intencionalidade dos livros e do documento pode ser original ou primária, ou ainda, derivada ou secundária. A intencionalidade original ou primária é aquela atribuída na criação

³ Os processos de seleção e de desbastamento são atividades do desenvolvimento de coleções para avaliar, respectivamente, a entrada ou a permanência ou a retirada de itens do acervo (Vergueiro, 1989).

do objeto. A intencionalidade derivada ou secundária é atribuída posteriormente, independente da sua função genuína (Levy, 2003). Para além de fonte de informação, os livros e os documentos são (ou podem vir a ser) objetos de comunicação, de socialização e de transformação social, seja como símbolo cultural ou de poder, expresso em patrimônio, em afetividade, como meio de memória, e em outros aspectos também relacionados, por exemplo, às práticas de colecionismo (Paulo, 2021).

4 RESULTADOS

4.1 Mapeamento

As buscas na base de dados BRAPCI, de modo geral, revocaram 123 documentos, dos quais 19 foram selecionados para compor o *corpus* do mapeamento. Para facilitar a organização e visualização dos dados no *Voyant Tools*, cada um dos 19 textos – artigos de periódico e textos publicados em anais de eventos – que compõem o corpus recebeu um código de identificação (ver Quadro 6 em Material complementar).⁴ O quadro abaixo mostra a quantidade de documentos revocados e selecionados por termo de busca.

Quadro 2. Número de textos selecionados por termo de busca

Campo de busca	Termos de busca	Nº de textos revocados	Nº de textos selecionados	Observações
Título, palavras-chave e resumo	Intencionalidade do livro	0	0	
	Intencionalidade do documento	2	0	
	Função do livro	23	4	
	Valor social do documento	16	9	
	Valor social do livro	7	0	
	Finalidade do livro	11	2	1 duplicata
	Finalidade do documento	25	3	2 duplicatas
	Função do documento	39	8	4 duplicatas
Total		123	26	-7
Total (<i>corpus</i>)		19		

Fonte: elaborado pelos autores.

Dentre os 19 textos selecionados, quatro eram do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), principal evento da área no Brasil. Abaixo, estão listados, no Quadro 3, todos os periódicos do mapeamento com seu respectivo nível Qualis/Capes (Quadriênio 2017-2020, na área de Comunicação e Informação).

Disponível em: <https://zenodo.org/records/10411182>

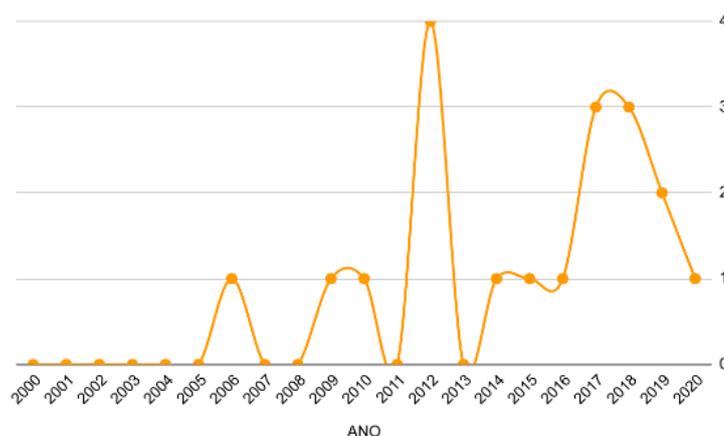
Quadro 3. Periódicos e classificação Qualis

Periódico	Qualis (2017-2020)	Nº de artigos
Encontros Bibli	A2	3
DataGramaZero	B1	2
Brazilian Journal of Information Science	A4	1
Ciência da Informação em Revista	B1	1
Em Questão	A2	1
Inclusão Social	A3	1
Informação e Informação	A2	1
Liinc em Revista	A3	1
Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	B1	1
Ponto de Acesso	B1	1
RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	A3	1
Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	B3	1

Fonte: elaborado pelos autores.

Prescindindo de considerar os anais do ENANCIB, o periódico com mais publicações sobre a temática é o *Encontros Bibli* (três artigos), classificado com Qualis A2, seguido do *DataGramaZero* (dois artigos), classificado com Qualis B1. Os demais periódicos contaram apenas com um artigo. No Gráfico 1, abaixo, se observa a distribuição dos artigos por ano de publicação, onde o eixo horizontal representa o recorte temporal (de 2000 a 2020), e o eixo vertical a quantidade de artigos (de 0 a 4).

Gráfico 1. Número de artigos por ano



Fonte: elaborado pelos autores.

Em relação ao ano de publicação dos artigos, dentro do recorte temporal mencionado, o ápice ocorre em 2012 (quatro artigos). Estão na sequência os anos 2017 (três artigos) e 2018 (três artigos). É interessante notar que houve um crescimento de publicações na última década.

No que se refere aos autores que mais publicaram sobre o tema, destacam-se Rodrigo Rabello (três artigos), Stella Dourado (dois artigos) e Regina Marteleto (dois artigos) – autores que tocam, em alguma medida, nos aspectos da materialidade e institucionalidade dos documentos.

Todos os 10 termos mais citados (Figura 2) são de interesse e podem fomentar reflexões. Como posto, o termo de maior destaque é o termo informação. Para além deste termo, estão entre os 10 mais citados os termos “documento(s)” (que aparece(m) na segunda colocação, 725 vezes no singular, e na sexta colocação, 343 vezes no plural) e livro (que aparece na décima colocação, 241 vezes), que são os artefatos centrais desta pesquisa. A ferramenta **Termos** não faz distinção entre singular e plural, apenas enumera a quantidade de vezes que cada termo foi mencionado, e é expressivo o número de vezes que cada um deles foi mencionado.

Os termos “intencionalidade” e “intenção” não aparecem na lista, sobretudo, porque os artigos do mapeamento tangenciam a discussão a partir de outros enfoques. No entanto, um ou outro aparece ao menos uma vez em cada um dos 19 artigos (o que justifica, entre outros motivos, a seleção dos textos). Diferente da ferramenta **Termos**, a ferramenta **Links** sistematiza os links que um termo faz com outro, e a partir dela foi possível entender como os textos fazem associações com os termos “intencionalidade” e “intenção” (Figura 3) e qual o tratamento dado aos termos “documento” (Figura 4) e “livro” (Figura 5).

Figura 3. Links com os termos intencionalidade e/ou intenção



Fonte: elaborada com o software Voyant Tools.

A figura mostra a rede que é formada com os termos “intencionalidade” e “intenção”. Nessa rede, tais termos são ligados, por exemplo, aos termos “documentação”, “materialidade”, “agente(s)” e “documento(s)”, dentre outros. Será detalhada, a seguir, a noção de intencionalidade presente nos textos do mapeamento, com a indicação autor-data (entre parênteses) dos autores do mapeamento e as nomenclaturas presentes na rede (destacadas em itálico).

A *intencionalidade* a partir de Meyriat – sob influência do conceito de *documento* de Briet – e as *categorias* “por intenção” e “por atribuição” apresentam a dicotomia da procedência dos documentos (Siqueira, 2012). Ademais, é apontado na literatura do mapeamento que o *objeto* se molda em *documento* na sua função informativa e/ou comunicativa (Torres; Almeida, 2014; Ortega; Tolentino, 2020), e não ao ser *produzido* (Fernandes; Saldanha, 2012) com funções *diversas* (Dourado; Marteleto, 2017; 2018).

O *processamento* de registros documentais, no contexto dos sistemas de arquivos, por exemplo, converte o suporte do documento em *materialidade* de determinada memória, que é marcada pela historiografia (Lousada, 2012; Medeiros; Pinho, 2018). Todavia, antes mesmo de ser valorado institucionalmente como *documento*, diferentes *agentes* (res) significam o *objeto* de acordo com os seus interesses e intencionalidades subjetivas (Maia, 2019), como a afetividade (Murguía, 2009), identidade e instrumentalidade (Rabello, 2019).

As intencionalidades *atribuídas* aos documentos e aos livros são valores simbólicos que sinalizam para o passado, para o presente ou para o futuro (Tálamo; Maimone, 2012). No passado, por exemplo, os livros eram concebidos como objetos sagrados e símbolo de poder (Baptista; Brandt, 2006; Sousa; Targino, 2016). No presente, o livro e, também, o documento, cumprem com a função de evidência ou prova (Rabello; Rodrigues, 2018), de valorização de discursos escritos (Prado, 2010), pesquisa, testemunho e herança cultural (Merlo; Konrad, 2015).

Na *documentação*, a intencionalidade, na sua dimensão simbólica ou filosófica, pode ser considerada como a *atribuição* de sentido ao *objeto* (Rabello, 2018) e, quando se *destaca* a sua função informativa, a *transformação* dele em *documento* é *condicionada* pela *materialidade* e institucionalidade (Rabello; Rodrigues, 2018). Enfim, para além das funções práticas do livro e dos documentos, a intencionalidade permite que tais objetos tenham outras potencialidades históricas (Crippa; Damian, 2017).

A partir das figuras 4 e 5, elaboradas com a ferramenta **Links**, é possível visualizar quais os termos estão relacionados ao documento e ao livro para perceber como os textos se apropriam destes objetos. Seguem, abaixo, as figuras e os quadros explicando as associações:

Figura 4. Links com o termo documento



Fonte: elaborada com o software *Voyant Tools*.

Percebe-se, com esta figura, que o documento, enquanto *objeto* físico ou *digital*, é associado aos termos e conceitos de *informação materializada* e *institucionalizada*, *memória* e *monumento*. Estão descritos e explicados no Quadro 4 abaixo como alguns dos textos associam o documento a estes termos grifados.

Quadro 4. Descrição dos Links com o termo documento por texto da amostra

Código	Título	Autor(es)	Descrição
T1	Contribuições de Marteleto e González de Gómez ao Entendimento do Informativo: diálogos com três aportes da informação	Fernandes e Saldanha (2012)	Cita que, para Day (2001), a construção do conceito de <i>informação</i> – entidade independente do <i>objeto</i> documento –, surge na trajetória histórica da concepção de Otlet, e passa pelas inovações de Briet.

T2	A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória	Lousada (2012)	Discorre, como o próprio título evidencia, sobre o conceito da avaliação documental e como ela influencia na construção da <i>memória</i> dentro de um <i>arquivo</i> .
T6	A noção de documento digital: uma abordagem terminológica	Siqueira (2012)	Apresenta a mudança de perspectiva no que se refere à <i>noção</i> de documento tradicional, e com as transformações tecnológicas, a noção de documento <i>digital</i> .
T10	Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política	Rabello (2018)	Concebe a ideia de "documento- <i>monumento</i> " e apresenta a tese que o documento é constituído de <i>materialidade</i> e diferentes práticas sociais de <i>institucionalidade</i> ou a informação <i>materializada</i> e <i>institucionalizada</i> constituem o documento.
T16	A coleção de almanaques da família Carneiro Rezende: documentos de informação e comunicação popular escrita	Dourado e Marteleto (2018)	O <i>almanaque</i> é entendido como um tipo de documento que carrega <i>informação</i> , <i>história</i> e outros <i>valores</i> sociais e culturais.

Fonte: elaborado pelos autores.

Percebe-se, na Figura 5, abaixo, que o livro, enquanto *objeto impresso*, é tratado como *documento* que carrega *história*; é um *semióforo*, que está relacionado ao *leitor*, e ao contexto institucional da *biblioteca* e do profissional *bibliotecário*. Uma das funções que a ele se atribui é a da *leitura*, dentre outras já mencionadas.

Figura 5. Links com o termo livro



Fonte: elaborada com o software *Voyant Tools*.

Estão descritos e explicados no Quadro 5, abaixo, como alguns dos textos associam o livro a estes termos grifados.

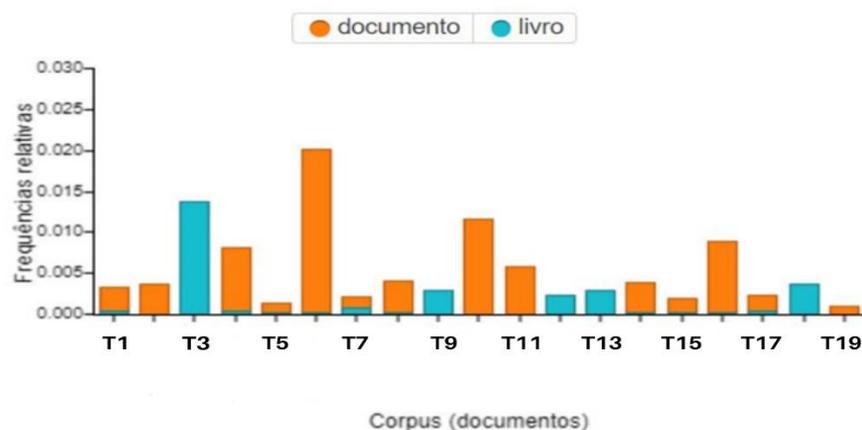
Quadro 5. Descrição dos Links com o termo livro por texto da amostra

Código	Título	Autor(es)	Descrição
T3	O livro: do objeto ao documento na prática bibliográfica	Ortega e Tolentino (2020)	Discorre sobre os diferentes formatos e <i>suportes</i> do <i>objeto</i> livro ao longo da <i>história</i> , do formato de rolo ao códice, em papel. Retoma a prensa de Gutenberg, e como a máquina revolucionou a <i>produção</i> de livros <i>impressos</i> . De acordo com as autoras, o formato de códice é mais adequado à <i>leitura</i> .
T4	Informação institucionalizada e materializada como documento	Rabello (2019)	Exemplifica que o livro de uma <i>biblioteca</i> pode ser, ao mesmo tempo, <i>semióforo</i> (significação) e coisa (utilidade), quando <i>lido</i> . Aponta que a ideia de <i>semióforo</i> se aproxima da noção de <i>documento</i> .
T9	Cinco Leis da Biblioteconomia / Cinco Leis de Ranganathan: resistindo bravamente ao tempo	Sousa e Targino (2016)	Apontam como a organização do acervo de uma biblioteca, por cor, tamanho ou autor, pode atrair ou afastar os <i>leitores</i> .
T13	A biblioteca comunitária como agente de inclusão/integração do cidadão na sociedade da informação.	Prado (2010)	Preconiza que a <i>leitura</i> pode ser informativa, além de ter a função do prazer dos seus usuários e da libertação da mente humana.
T18	O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação	Murguia (2009)	Apresenta a ideia de que qualquer <i>objeto</i> pode se transformar em <i>semióforo</i> em consequência da descontextualização (da sua utilidade) e da exposição.

Fonte: elaborado pelos autores.

Com as ferramentas **Tendências** e **Diagrama de fluxo** foi possível observar qual a frequência que os artigos utilizam os termos “documento” e “livro”, bem como quais os artigos que citam mais cada termo e a densidade dos termos por textos da amostra. As figuras elaboradas com essas ferramentas podem ser observadas abaixo:

Figura 6. Frequências relativas dos termos documento e livro em barras empilhadas

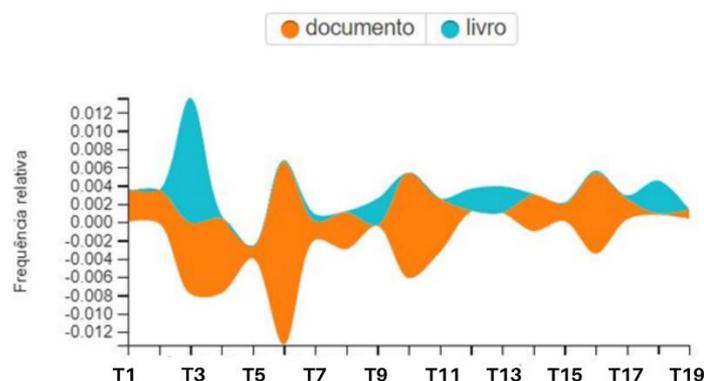


Fonte: elaborada com o software *Voyant Tools*.

A Figura 6, elaborada com a ferramenta **Tendências**, mostra a frequência relativa (de 0.000 a 0.030) dos termos, no eixo vertical. Explicita, ainda, os textos do *corpus* no eixo horizontal. Percebe-se que o termo “documento” é mais utilizado que o termo “livro”, talvez por ser mais abrangente. O termo “documento” tem maior frequência no artigo “A noção de documento digital: uma abordagem terminológica” (T6), de Sequeira (2012). Já o termo “livro” tem maior frequência no artigo “O livro: do objeto ao documento na prática bibliográfica” (T3), de Ortega e Tolentino (2020).

A presença (ou ausência) dos termos fica mais evidente na Figura 7, elaborada com a ferramenta **Diagrama de fluxo**, que representa a densidade dos termos pelos textos da amostra. Diferente do gráfico de barras empilhadas, que apresenta os resultados de forma estática, o gráfico de fluxo foca na simetria em volta do eixo central e em paralelo ao eixo horizontal. Com tal diagrama, reduz-se a sensação de uma hierarquia vertical e destaca as mudanças, isto é, os fluxos de frequência dos termos “livro” e “documento” ao longo do mapeamento. Segue a figura:

Figura 7. Fluxos de frequência dos termos documento e livro



Fonte: elaborada com o software *Voyant Tools*.

A forma orgânica e fluída da distribuição da frequência dos termos “documento” e “livro” revela, mais uma vez, a predominância da utilização do termo documento. No entanto, ela também delata que o termo “livro” tem peso, principalmente, para o artigo “O livro: do objeto ao documento na prática bibliográfica” (T3), de Ortega e Tolentino (2020).

5 CONCLUSÃO

O livro e o documento, dentro da cultura material, têm diversos valores e atribuições que estão para além do conteúdo informativo. Tais valores representam intencionalidades que se constituem na relação simbólica destes objetos com o sujeito. Ao recuperar a influência dos documentalistas Paul Otlet e Suzanne Briet, repara-se que as pesquisas e a atuação da ciência da informação podem ser ampliadas ao considerar a materialidade da informação e os modos de institucionalidade relativos ao documento e, também, ao livro.

As diferentes noções de intencionalidade, nesse sentido, podem complementar esses estudos na medida em que cada uma contribui com a maturação do conceito, seja ao considerar as ações voluntárias ou involuntárias que rodeiam a construção dos objetos, no caso da historiografia, seja ao buscar entender a essência da realidade a partir da consciência e dos fenômenos, no caso da fenomenologia, seja na curadoria e organização de documentos, no caso da documentação. Esses predicados se direcionam ao cumprimento do objetivo de *estabelecer diálogo – e, possivelmente, explorar a complementaridade – entre os conceitos de intencionalidade para a documentação, historiografia e fenomenologia*.

Ao analisar os resultados do mapeamento, é evidente o potencial de exploração ainda existente na literatura nacional de ciência da informação, especialmente no que diz respeito ao tema da intencionalidade atribuída aos objetos. Dessa forma, surge a provocação: por que restringir os estudos em ciência da informação, biblioteconomia e outras disciplinas relacionadas à mediação da informação, cultura e memória apenas à informação explícita – “tematicidade” – contida nos documentos? Apesar de reconhecer a importância da informação registrada e utilitária, defende-se que ela não pode ser a única dimensão a ser considerada. Observam-se, para além do papel relevante da institucionalidade, as múltiplas dimensões da materialidade do documento e do livro.

Ademais, com os resultados expostos e descritos, há o cumprimento do objetivo de *sistematizar como a literatura científica brasileira da ciência da informação tem tratado dos temas livro e documento*, ao utilizar, dentre outras, a funcionalidade **Links** do *Voyant Tools*, para a elaboração das figuras 4 e 5, bem como a atenção ao objetivo de *identificar possíveis intencionalidades aplicadas a estes artefatos nos artigos mapeados*, ao descrever e explicar possíveis valores atribuídos aos livros e aos documentos, tais como histórico, cultural, social, memorial e monumental, para citar alguns, presentes nos quadros 4 e 5.

Ao abordar o problema de pesquisa – ou seja, ao explorar as intenções subjacentes ao livro e ao documento – é importante enfatizar que esses objetos transcendem o registro e a transmissão de informações, ao desempenharem papéis em dimensões que vão além da leitura, por exemplo, do texto escrito. Os objetos em questão carregam consigo expressões culturais e/ou políticas, de memória, e transitam em círculos sociais que enriquecem a concepção dos artefatos como portadores de significação. Assume-se, então, que é válida a hipótese de que os livros e os documentos carregam intenções e propósitos específicos que são moldados tanto pelo contexto institucional quanto pelas perspectivas de materialidade.

As funcionalidades do *software Voyant Tools* foram úteis para o estudo ao facilitar a interpretação do *corpus*, apesar de algumas dessas funcionalidades não se adaptarem bem aos textos em português. Considera-se que o *software* poderá servir para análise de estudos futuros, incluindo bases de dados e artigos internacionais, bem como outros recortes temáticos, com o foco, por exemplo, em intencionalidades específicas, abrangendo diferentes espécies documentais ou bibliográficas (como livros, teses e dissertações).

Diante do exposto – e recordando o objetivo de *fomentar reflexões sobre modos de associação entre os objetos livro e documento e os sujeitos que desempenham distintos papéis* –, este artigo buscou contribuir com a discussão em torno da atribuição de intencionalidade aos objetos, resgatando pressupostos historiográficos, fenomenológicos e (neo)documentalistas. Em última análise, as categorias em oposição identificadas – “voluntários” e “involuntários”,

“subjetivo” e “objetivo”, “por intenção” e “por atribuição”, bem como “coisa” e “semióforo” – representam parte das possibilidades de diálogo interdisciplinar sobre os estudos acerca da intencionalidade. Analogamente, esses estudos atuam como agulhas habilidosas que costuram um tecido e conectam os objetos, os sujeitos e as instituições, lançando mão de linhas, ou perspectivas, de materialidade da informação e do documento.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. K. A.; RABELLO, R. A materialidade da informação em Bernd Frohmann. **Ibersid**, Zaragoza, v.17, n. 1, p. 103-113, en.-jun. 2023. Disponível em: <https://www.ibernid.eu/ojs/index.php/ibernid/article/view/4918>. Acesso em: 20 dez. 2023.

ARAÚJO, C. A. Á. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos; São Paulo: ABRAINFO, 2014.

BAPTISTA, S. G.; BRANDT, M. B. Do manuscrito ao digital: a longa sobrevivência das bibliotecas e dos profissionais envolvidos. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. esp., p. 21-40, 2006. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v4i3.2027>.

BARROS, J. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a pesquisa histórica. **Mouseion**, Canos, n. 12, p. 129-159, 2012. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/332>. Acesso em: 17 out. 2023.

BARROS, J. Intencionalidade. In: BARROS, J. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019. Cap. 4, p. 32-41.

BLOCH, M. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éd. Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BUCKLAND, M. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, Hoboken, NJ, n. 42, 351–36, 1991. <https://skat.ihmc.us/>. Acesso em: 23 out. 2023.

CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: CERTEAU, M. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 65-119.

CRIPPA, G.; DAMIAN, I. P. M. Expansão do domínio do arquivo: memória cultural na contemporaneidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., São Paulo, 2017. **Anais [...]**. São Paulo: ANCIB, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/104499>. Acesso em: 17 out. 2023.

DOURADO, S.; MARTELETO, R. A coleção de almanaques da família Carneiro Rezende: documentos de informação e comunicação popular escrita. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., Londrina, 2018. **Anais [...]**. Londrina: ANCIB, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103855>. Acesso em: 17 out. 2023.

DOURADO, S.; MARTELETO, R. O almanaque enquanto documento de informação e comunicação popular escrita no contexto de uma coleção. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 18., São Paulo, 2017. **Anais** [...]. São Paulo: ANCIB, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/105253>. Acesso em: 17 out. 2023.

ESPÍRITO SANTO, S. M. A contribuição do estudo do colecionismo para historiografia do museu histórico do antigo “oeste paulista”. **Transinformação**, Campinas, v. 23, 2011. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/217352>. Acesso em: 17 out. 2023.

FAYET-SCRIBE, S. Você conhece Suzanne Briet? **Revista IberoAmericana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 11, n. 3, p. 805-815, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/10365>. Acesso em: 23 out. 2023.

FERNANDES, G. C.; SALDANHA, G. S. As contribuições de Marteleto e González de Gómez ao entendimento do informacional: diálogos com três aportes da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 2-31, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/63055>. Acesso em: 17 out. 2023.

FIORAVANTE, E. **O sentido de biblioteca escolar expresso por alunos de escolas públicas de Santa Catarina**: entre livros, descobertas, refúgio e abandono. 2018. 568 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://encr.pw/UcqXQ>. Acesso em: 23 out. 2023.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (org.). A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Fundepe, 2008. p. 19-34.

FROHMANN, B. Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation. *In: SKLARE, R.; LUND, N. W.; VARHEIM, A. (ed.). A document (Re)Turn: contributions from a research field in transition*. Frankfurt: Peter Lang, 2007.

HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia**. Portugal: Edições 70, 1990.

JUVÊNCIO, C. H. Arquitetura das ideias: Paul Otlet, o objeto, o livro e o documento. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 26, p. 01-17, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/153152>. Acesso em: 17 out. 2023.

LEVY, D. How to psychoanalyze a robot: unconscious cognition and the evolution of intentionality. **Minds and Machines**, Dordrecht, NE, v. 13, p. 203-212, 2003.

LOUSADA, M. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. **Revista IberoAmericana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 5, n. 1-2, p. 63-78, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1724>. Acesso em: 17 out. 2023.

LUIZ, M. L.; LOMBA, M. L. R. Os pressupostos de Carlo Ginzburg e de Marc Bloch para a pesquisa em história da educação. **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito**

Santo, Espírito Santo, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/revapees/article/view/36404>. Acesso em: 17 out. 2023.

MAIA, M. E. A imaterialidade materializada: um estudo sobre o cordel brasileiro. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Paraíba, v. 14, n. 2, 2019.

Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/114668>. Acesso em: 17 out. 2023.

MATOS, J. S. Tendências e debates: da Escola dos Annales à História Nova. **Historiæ**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 113-130, 2010. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2283>. Acesso em: 17 out. 2023.

MEDEIROS, W. O.; PINHO, F. A. Intercomunicação entre a organização da informação e do conhecimento, os estudos sobre memória e a produção de obras artísticas. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2018. Disponível em:

<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4221>. Acesso em: 17 out. 2023.

MERLO, F.; KONRAD, G. V. R. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26-42, 2015. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34481>. Acesso em: 17 out. 2023.

MEYRIAT, J. Documento, documentação, documentologia. Tradução de: Camila Mariana A. da Silva; Marcílio de Brito; Cristina Dotta Ortega. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 21, n. 3, p. 240-253, jul./set. 2016. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/37998>. Acesso em: 17 out. 2023.

MURGUIA, E. I. O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, p. 87-104, 2009. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91700>. Acesso em: 17 out. 2023.

ORTEGA, C. D. A documentação como uma das origens da ciência da informação e base fértil para sua fundamentação. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, v.3, n.1, p.3-35, jan./jun. 2009. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/14237>. Acesso em: 17 out. 2023.

ORTEGA, C. D.; TOLENTINO, V. S. O livro: do objeto ao documento na prática bibliográfica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 25, p. 1-22, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/73474>. Acesso em: 17 out. 2023.

OTLET, P. **Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique**. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PAULO, L. S. **O livro e o documento para além da informação: reflexões sobre atores, intencionalidade e significação dos objetos**. 2021. 118 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2021. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/30061>. Acesso em: 17 out. 2023.

PIZARRO, D. C. **Entre o saber-fazer e o saber-agir**: o que professam os docentes de biblioteconomia em Santa Catarina. 2017. 530 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://l1nq.com/M9Mj1>. Acesso em: 17 out. 2023.

POMIAN, K. História cultural, história dos semióforos. *In*: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

PRADO, G. M. A biblioteca comunitária como agente de inclusão/ integração do cidadão na sociedade da informação. **Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 2, 2010. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1638>. Acesso em: 17 out. 2023.

RABELLO, R. Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 23, n. 51, p. 138-156, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38915>. Acesso em: 17 out. 2023.

RABELLO, R. Informação materializada e institucionalizada como documento: caminhos e articulações conceituais. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, v. 13, n. 2, p. 5-25, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/118676>. Acesso em: 17 out. 2023.

RABELLO, R. Implicações cosmopolíticas em regimes emergentes de materialidade. *In*: PINHEIRO, L. V. R.; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; SALDANHA, G. (org.). **Filosofia e história da Ciência da Informação**: travessias especulativas e praxiológicas. Rio de Janeiro: IBICT, 2022.

RABELLO, R.; RODRIGUES, G. M. Informação como prova ou monumento: materialidade, institucionalidade e representação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., Londrina, 2018. **Anais [...]**. Londrina: ANCIB, 2018. Disponível em: <https://encr.pw/StbSA>. Acesso em: 17 out. 2023.

RAYWARD, B. The history and historiography of information science: some reflections. **Information Process & Management**, London, v. 32, n. 1, p. 3-17, 1996.

SILVA, A. C. P. O. **Biblioteca pública do povão?**: Exclusão Social da Informação nas Bibliotecas Públicas do Estado de Santa Catarina nas Representações de seus Dirigentes. 2017. 477 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://encr.pw/8lXys>. Acesso em: 17 out. 2023.

SOUSA, M. E. P.; TARGINO, M. D. G. Cinco leis da biblioteconomia / cinco leis de Ranganathan: resistindo bravamente ao tempo. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 3, n. 1, p. 11-29, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/35917>. Acesso em: 17 out. 2023.

SIQUEIRA, J. C. A noção de documento digital: uma abordagem terminológica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 125-140, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/10102>. Acesso em: 17 out. 2023.

TÁLAMO, M. F. G. M.; MAIMONE, G. D. Acesso ao bem cultural via estudos de informação: reflexões teóricas. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 5, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/101779>. Acesso em: 17 out. 2023.

TEIXEIRA, Laura. **Livro-ativo**: a materialidade do objeto como fundamento para o projeto do livro infantil em forma de códice. 2010. 416 f. Tese (Doutorado em Design e Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://acesse.dev/hrDsu>. Acesso em: 17 out. 2023.

TORRES, S.; ALMEIDA, M. B. Reflexões sobre a função social do documento aplicadas à documentação jurídica. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/8259>; Acesso em: 17 out. 2023.

VERGUEIRO, W. C. S. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, London, v. 29, n. 2, p. 229-239. 1993.

ZANOTTO, G. História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia francesa. **BIBLOS** - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 31-45, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/24233>. Acesso em: 17 out. 2023.